

HECK, Rita M.¹

BIELEMANN, Valquíria de L. M.²

CEOLIN, Teila³

KANTORSKI, Luciane P.⁴

WILHICH⁵, Janaína Quinzen Wilhich⁶

CHIAVAGATTI, Fabieli G.⁷

Introdução: Discutir gestão no contexto do Sistema Único de Saúde é um processo complexo, especialmente quando o foco é a avaliação de um serviço de saúde mental, no caso específico o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que pode ser identificado como um “novo serviço” pois veio para romper com o modelo anterior centrado no hospital reproduzindo as práticas de isolamento, segregação, exclusão e submissão a autoridade. Neste contexto, a avaliação de serviços inseridos no novo modelo de atenção psicossocial, requer instrumentos e metodologias que promovam um olhar sobre a subjetividade e a complexidade das novas práticas de atenção. As políticas públicas em saúde mental vigentes no País hoje, dispõem sobre os direitos do indivíduo e redirecionam o modelo assistencial em saúde mental. Os estados e municípios devem re-

alizar uma política de saúde mental equânime, inclusa, extra-hospitalar com base comunitária. Os gestores devem possibilitar condições técnicas e políticas que garantam o direito ao tratamento, a organização de uma rede de atenção integral a saúde, através de dispositivos sanitários e socio-culturais que integram várias dimensões da vida do indivíduo. Esta lógica de rede deve fazer com que os CAPS sejam dispositivos estratégicos, capazes de funcionar como centros articuladores das instancias dos cuidados básicos de saúde, incluindo estratégia de saúde da família, rede de ambulatórios, atendimento terciário, atividades de cuidado e suporte social. Este artigo tem como objetivo analisar a política pública de gestão para inclusão social, realizada em um município do Rio Grande do Sul, através de um Centro de Atenção Psicossocial. **Metodo-**

1 Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta da Faculdade de Enfermagem e Obstétrica/UFPEL.

2 Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Professora Adjunta da Faculdade de Enfermagem e Obstétrica/UFPEL.

3 Enfermeira. Especialista em Saúde da Família e em Projetos Assistenciais em Enfermagem – ESPENSUL. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem/UFPEL.

4 Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta da Faculdade de Enfermagem e Obstétrica/UFPEL.

5 Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem/UFPEL. . E-mail: janinaqwill@yahoo.com.br

6 Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem/UFPEL. . E-mail: janinaqwill@yahoo.com.br

7 Acadêmica de Enfermagem do 8º semestre/UFPEL. Bolsista da FAPERGS.

dologia: Consiste numa pesquisa do tipo estudo de caso. A avaliação qualitativa de CAPS foi uma pesquisa desenvolvida em cinco municípios, a partir da avaliação construtivista, responsiva e da abordagem hermenêutico-dialética. A avaliação qualitativa centrou-se no cotidiano dos serviços buscando apreender a sua dinâmica, a forma como os atores interagem e os sentidos que constroem em relação a suas práticas, e contou com a participação de usuários, familiares e técnicos do serviço. A avaliação de quarta geração^{1,2} norteia o processo teórico-metodológico da pesquisa. Os instrumentos de coleta de dados foram documentos como o projeto terapêutico do serviço, entrevistas com 21 profissionais, 11 usuários e 12 familiares e observação do Centro de Atenção Psicossocial, computando um total aproximado de 150 horas. Por solicitação da equipe de profissionais do CAPS na fase de negociação os resultados também foram apresentados para a gestão do município. A etapa qualitativa do estudo de avaliação CAPSUL concentrou-se em CAPS I e II, de cinco municípios da região sul do país, desenvolvida na forma de estudo de caso, são eles: Alegrete, Joinville, São Lourenço do Sul, Porto Alegre, Foz do Iguaçu. Sendo que este trabalho se refere aos resultados do município de São Lourenço do Sul. O projeto de pesquisa de Avaliação dos CAPS da região sul do Brasil foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas (Of. 074/05 de 11 de novembro de 2005). Todos

os entrevistados concordaram em participar da pesquisa mediante a assinatura de consentimento livre e esclarecido. **Resultados e discussão:** A política pública em saúde mental no município de São Lourenço do Sul está de acordo com o proposto a nível nacional de atendimento na comunidade e respeito aos direitos humanos do paciente. Esta opinião emerge entre os diferentes segmentos entrevistados como detalharemos a seguir. A sensibilidade para este outro modo de cuidar é apontada como uma prática necessária neste contexto, mas acima de tudo o profissional também lembra que a gestão municipal tem um papel singular de compreensão e comprometimento como emerge na entrevista. *[...] estamos com uma gestão comprometida com a reforma, [...] isso é importante no cuidado, porque no cuidado tu precisa ter recursos, muitas vezes as pessoas não entendem. É muito mais fácil do que tu internar o cara, do que tu ir todos os dias de carro na casa do usuário [...] mas eu não quero internar o cara, eu quero cuidar dele.* [E (3) 12]. Como apoio da gestão municipal, o profissional tem liberdade de definir os recursos assistenciais de acordo com as necessidades do usuário, mesmo que isto signifique mais custos financeiros. Entretanto sabe que está apostando na construção de saúde e alternativas de adaptação deste município as possibilidades de tratamento dentro de uma perspectiva de menor sofrimento e reinserção social. Entre os familiares o apoio da gestão municipal é lembrado nas atividades do CAPS Nossa Casa, mas tam-

bém sinalizam para uma atividade cultural conhecida por Mental Tchê que acontece anualmente desde o ano de 2005. O Mental Tchê é um evento social, político, cultural e também festivo, organizado em conjunto com os usuários e familiares do CAPS Nossa Casa que envolve toda a comunidade local. O **objetivo** deste evento é ser um espaço para promover a cidadania e expressão de potenciais da pessoa em sofrimento psíquico. Esta atividade partiu da iniciativa do Coordenador Geral de Saúde Mental do Município, foi apoiado pela administração e nos dois anos de evento vem sendo um marco que também é lembrado pelos usuários. No depoimento o usuário deixa explícito que a gestão municipal realiza uma atenção diferente da que vinha sendo dado pelos governos anteriores. Esta proximidade por parte dos usuários é relatada em relação à pessoa do prefeito e aproximação com Secretário de Saúde não acontece, parece que este está ausente nas lembranças do usuário. O apoio da gestão também é lembrado pelas famílias que acentuam a importância de acesso aos medicamentos para quem está em acompanhamento na saúde mental. Os familiares dos usuários entrevistados também apontam a pouca expressão do Secretário de Saúde no atendimento cotidiano de saúde mental, mas assinalam que através da gestão tem conhecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e em específico tiveram informações sobre o auxílio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Esse benefício de prestação continuada assegura recursos financeiros

para usuários de saúde mental incapacitados para o trabalho podendo ser permanente ou temporária, dependendo do problema enfrentado. Contextualmente o que observamos durante o trabalho de campo no município de São Lourenço do Sul há um comprometimento municipal com a implantação progressiva do SUS através de ações na saúde coletiva como a ampliação das Equipes de Saúde da Família (ESF) no espaço rural, a adstrição da clientela ao território das Unidades Básicas de Saúde (UBS) no espaço urbano e concomitante a isso a organização da assistência na saúde mental em rede. O hospital geral compõe um dos cenários de atenção curativa interligado ao sistema. A rede de saúde mental existe e funciona. A gestão municipal, através da contratação de profissionais, da aquisição do medicamento, da estruturação de espaços físicos a exemplo do CAPS Nossa Casa, viabiliza a relação serviço-população e fortalece as características comunitárias, de solidariedade, de não abandono e internação, porém não em hospital psiquiátrico. O trabalho em rede é uma recomendação fundamental para serviços comunitários que desejam superar o modelo hospitalocêntrico de assistência psiquiátrica. No SUS o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) na saúde mental e a ESF na saúde em geral funcionam como porta de entrada³. No interior da rede social da micro-organização territorial deve funcionar de forma articulada e solidária voltado para a proposta de políticas públicas de não abandono ao usuário. Conforme a portaria 336/02 do MS no

contexto da reforma psiquiátrica brasileira os CAPS tem a responsabilidade de capacitar, supervisionar e elaborar programas de saúde mental junto às equipes de atenção básica e outros serviços⁴. **Considerações finais:** Esta pesquisa avaliativa com seu modelo metodológico possibilitou a todos os envolvidos a oportunidade da negociação, o que resultou no alcance dos objetivos e de várias demandas percebidas e sentidas pelos usuários, familiares e equipe. Contudo, temos a certeza que estas conquistas não ocorreram por acaso, pois, desde o início da entrada em campo dos pesquisadores foi percebido e sentido que existiu acolhimento, apoio e flexibilidade de todos os envolvidos. Além disso, todos queriam o melhor para o serviço de saúde mental do município, dando-se ênfase a Nossa Casa dentro do proposto na Reforma Psiquiátrica. Por fim, compreendemos a importância e a vontade política dos gestores que neste trabalho de pesquisa mostraram-se sensibilizados com as negociações e possuem o entendimento de que é possível ser diferente na assistência ao portador de sofrimento psíquico.

Palavras chaves: saúde mental, gestão, enfermagem, saúde pública, reforma psiquiátrica

Referências

1. Guba EG, Lincoln YS. Effective evolution. San Francisco Jossey Bass Publishers. 1998. 423p.
2. Wetzl C, Kantorski LP. Avaliação de serviços em saúde mental no contexto da reforma psiquiátrica. *Texto e Contexto Enferm.* 2004 Out-Dez 13(4): 593-598.
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [página na Internet]. [Acesso em 2007 Jan 10] Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.
4. Wetzl C, Almeida MDP de. A construção da diferença na assistência em saúde mental no município: a experiência de São Lourenço do Sul/RS. *Saúde em Debate.* 2001 Maio-Ago 25(58): 77-87.